



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO Nº , DE 2015.
(Do Sr. Paulo Azi)**

Solicita a convocação do Senhor Licio da Costa Raimundo – Diretor de Investimentos do Fundo de Previdência dos Funcionários da Petrobras - Petros.

Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 58, § 3º da Constituição Federal e art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência que seja convocado o Senhor Licio da Costa Raimundo para prestar depoimento nesta CPI criada para *“investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes”*.

J U S T I F I C A T I V A

Diversos órgãos da imprensa têm noticiado déficits recordes em fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos.

Notícia do Jornal Valor Econômico de 30/07/2015, afirma que o Fundo de Pensão dos Funcionários da Petrobras – Petros acumulou,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

somente em 2014, déficit de R\$ 6,2 bilhões. Esse é o segundo ano consecutivo de déficit da fundação, que, no ano anterior foi de R\$ 2,4 bilhões.

O Jornal O Globo, em reportagem de 17/04/2015, alerta que o uso político agrava rombo na Petros, sendo que funcionários e aposentados da Petrobras correm o risco de ter de fazer contribuições extras para cobrir prejuízos do fundo de pensão da estatal, a Fundação Petros, a partir de 2017.

Documento elaborado por dois conselheiros independentes da Petros aponta que o Plano Petros do Sistema Petrobras (Petros BD) — que tem mais de R\$ 70 bilhões em investimentos e envolve 28 mil contribuintes e mais de 50 mil aposentados da estatal — deverá repetir um resultado negativo este ano. Se isso acontecer, a fundação será obrigada a cobrar dos participantes uma contribuição extra para cobrir o rombo.

O aparelhamento da Petros se tornou mais claro à sociedade quando o fundo de pensão entrou na mira da Lava-Jato depois que o advogado Carlos Alberto Pereira Costa, um dos auxiliares do doleiro Alberto Youssef, disse em delação premiada que o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, preso 15/04/2015, intermediava negócios na Petros e em outros fundos de pensão. O negócio envolvendo Vaccari teria rendido, segundo o advogado, R\$ 500 mil em propinas a ex-gerentes da Petros.

Pelos motivos elencados acima, torna-se fundamental a presença do presidente da Petros para que possa depor nesta CPI, esclarecendo estes e outros fatos noticiados relacionados à má gestão de recursos do fundo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala da Comissão, em de de 2015.

PAULO AZI
Deputado Federal
Democratas/BA